



MANIFESTO DE SEVILHA



European Trade Union Confederation (ETUC)
Confédération européenne des syndicats (CES)

PT

MANIFESTO DE SEVILHA

Adoptado pelo XI Congresso da CES, em Sevilha, de 21 a 24 de Maio de 2007

A CES está absolutamente empenhada numa Europa que seja simultaneamente “mais Europa” e uma “melhor Europa”. Uma Europa que esteja integrada em torno de direitos e de valores que englobem a paz, a liberdade, a democracia, os direitos fundamentais, a igualdade, o desenvolvimento sustentável, o pleno emprego e o trabalho decente, o diálogo social, a protecção das minorias, o acesso universal e igual a serviços públicos de alto nível qualitativo e uma economia de sucesso e que apoie o progresso social e a protecção do emprego. Mas é também essencial uma acção para manter um equilíbrio adequado entre os objectivos originais de Lisboa de crescimento, de progresso ambiental e de coesão social. Este equilíbrio perder-se-á se não houver uma renovação do empenhamento a favor da Europa social. A Europa deve agir e enfrentar com vigor os problemas decorrentes da concorrência entre Estados-Membros que pretendem baixar as taxas de tributação, em especial o imposto das sociedades, e reduzir a protecção social e do emprego. É desta forma que poderemos contrariar o deslize de uma “corrida para o fundo”.

O Congresso de Sevilha constitui, por isso, para a CES uma nova etapa no seu desenvolvimento com vista a uma organização mais forte, mais coesa e mais influente em prol dos trabalhadores da Europa e do mundo. Passar à ofensiva requer uma organização capaz, obviamente, de criticar e mobilizar, mas também de propor, negociar e agir. Por conseguinte, o reforço do sindicalismo

Europeu e as capacidades da CES estarão no centro da nossa tarefa de tornar esta ofensiva eficaz e produtiva.

Exige-se uma ofensiva. A CES tem de enfrentar uma série de desafios em várias frentes: política, económica, ambiental e social. Estes desafios são complexos. Mas se atentarmos nos desafios que os nossos antecessores enfrentaram com êxito (nomeadamente o desemprego de massas e a pobreza, a acção destruidora da guerra e a reconstrução do pós-guerra, o estabelecimento da paz desde 1945, o derrubamento das últimas ditaduras e a reunificação do continente), não podemos duvidar da capacidade da nossa geração de vencer os desafios do nosso tempo. Quais são?

No domínio político, há sinais de que o entusiasmo pela União Europeia resfriou em determinados países e que há mais cepticismo em relação à criação de uma Europa mais forte e mais integrada. E mesmo, para alguns sindicatos, a Europa corre o risco de ser acusada de ter permitido a abertura aos efeitos mais perversos da globalização, em que o emprego emigra para outros destinos mais baratos e as pessoas que imigram estão muitas vezes dispostas a trabalhar em condições salariais inferiores às das populações locais. Daí a tendência da opinião pública de ser mais sensível aos argumentos simplistas da retórica nacionalista e proteccionista do que aos processos mais complexos de reforço da integração europeia e, também, de se estar menos disposto a reconhecer que a globalização tem vantagens, mas também inconvenientes.

No domínio económico, o desemprego é elevado em muitos países. Apesar das melhorias recentes e salutares, muitos dos novos empregos são precários e mal pagos. Além disso, nalguns países importantes, o crescimento dos salários reais é irrisório. De um modo geral, na maior parte dos países com rendimentos elevados, a parte dos salários no produto interno bruto diminuiu. Também é evidente que há uma tendência cada vez maior para o “curto-prazismo” entre os investidores financeiros, com capitais de risco, fundos de investimento especulativos, etc., que tratam essencialmente as empresas como ferramentas de especulação, em vez de investirem em novos produtos, em novos serviços, na produtividade elevada e em tecnologias sustentáveis. Num contexto em que a política macroeconómica é regulada pelo Banco Central Europeu no âmbito das regras actuais do Euro, a Europa esforça-se por gerar crescimento para equilibrar o jogo com os poderes económicos existentes e emergentes no mundo.

No domínio ambiental, os cidadãos europeus têm uma consciência acrescida das ameaças que constituem o aquecimento do planeta. Mas os esforços até hoje desenvolvidos pelas autoridades europeias para combater este fenómeno não têm estado à altura do desafio. A Europa deve encabeçar este combate. E fá-lo em certos domínios, como a regulamentação das substâncias químicas perigosas. Os progressos realizados à escala europeia ocorreram recentemente, graças ao desenvolvimento das fontes de energia renováveis. Regra geral, porém, há grandes variações entre

os Estados-Membros e as acções carecem de verdadeira coordenação a nível europeu. A desregulamentação é um tema dominante da actual Comissão Europeia, o que travou o progresso sobre as questões ambientais.

A Europa social também foi vítima de uma crença desmedida nas virtudes da desregulamentação. Nos últimos quatro anos, não foi proposta quase nenhuma medida jurídica para apoiar os trabalhadores europeus. Uma maioria da Comissão, a maior parte dos empregadores e alguns Estados-Membros combinaram pôr um termo à evolução das medidas, nomeadamente o tempo de trabalho e os trabalhadores temporários. No fundo, alguns governos interrogaram-se, por vezes, sobre se existia uma Europa social, ignorando as cerca de sessenta medidas jurídicas já introduzidas em matéria de saúde e de segurança, de conselhos de empresa europeus, de igualdade e de informação e de consulta. Em contrapartida, argumentaram que a Europa não precisava de dimensão social, esquecendo assim, com uma certa ligeireza, que o projecto de integração europeia devia beneficiar de um apoio popular.

O facto é que a Europa tem sofrido danos recentemente. Nos últimos anos, a Europa social tem sido essencial para a progressão da Europa. Deve voltar a sê-lo, pois é esse o objectivo da Estratégia e do Plano de Acção da CES.



A CES prevê passar à ofensiva em cinco grandes frentes:

A FAVOR DE UM MERCADO DE TRABALHO E ROPEU COM:

- mais empregos de melhor qualidade e pleno emprego;
- normas europeias em domínios como as condições de trabalho, os direitos sindicais, a saúde e a segurança;
- combater e inverter a tendência crescente para o trabalho precário;
- efectuar uma campanha que vise aumentar os salários mínimos e aumentos de salários reais para os trabalhadores europeus;
- dar prioridade à eliminação das desigualdades de remuneração entre homens e mulheres;
- lutar contra a «deslocalização», estimular as negociações sobre a reestruturação e propor um quadro mais sólido em matéria informação, de consulta e de participação, incluindo peritos independentes sobre a reestruturação;
- promover sempre a igualdade e a integração da dimensão do género; combater sempre o racismo, a discriminação e a xenofobia;
- lutar por um quadro melhor de mobilidade dos trabalhadores europeus com base no princípio da igualdade de tratamento no local onde é efectuado o trabalho ou prestado o serviço;
- promover uma política de migração proactiva, abrindo vias legais à migração e combatendo ao mesmo tempo a exploração do trabalho dos imigrantes, incluindo os “sem-documentos”;
- militar a favor dos direitos sindicais em matéria de acção de greve a nível transnacional;
- retomar o debate sobre a flexigurança com os que aspiram a reduzir a protecção do emprego e as prestações em matéria de desemprego;
- incentivar uma melhor protecção social e Estados Providência com serviços completos em matéria de rendimento mínimo, reformas, saúde,

cuidados de longa duração, aprendizagem ao longo da vida, prestações de doença e de desemprego, mercado de emprego activo e acolhimento de crianças; e medidas positivas que permitam enfrentar o envelhecimento da população na Europa;

- lutar pelo reforço das directivas sobre o tempo de trabalho, os conselhos de empresa europeus e o destacamento de trabalhadores, bem como pela adopção de uma directiva forte sobre os trabalhadores temporários.

ACÇÃO A FAVOR DO DIÁLOGO SOCIAL, DAS NEGOCIAÇÕES COLECTIVAS E DA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

- incentivar um diálogo social de alta qualidade e um nível europeu de resolução de litígios;
- ter mais em conta o modo de elaboração e de coordenação das negociações colectivas a nível europeu, incluindo nos níveis sectorial, transfronteiriço e transnacional das empresas, e apoiar o trabalho das federações sindicais europeias;
- reforçar a negociação colectiva na Europa através das fronteiras para favorecer a posição de negociação de cada um e acabar com a concorrência desleal em matéria de salários;
- criar melhores condições para os comités e incentivar a participação dos trabalhadores;
- militar a favor de critérios mais elevados de governação das empresas, com base no reconhecimento dos interesses de todas as partes interessadas e não apenas dos accionistas e, igualmente, a favor de um empenhamento acrescido com vista a uma verdadeira responsabilidade social das empresas;
- expor e combater o “capitalismo de casino” e, de um modo geral, as políticas a curto prazo, pela fiscalidade, regulamentação e envolvimento dos trabalhadores.

ACÇÃO A FAVOR DE UMA GOVERNAÇÃO EC NÓMIC, SOCIAL E AMBIENTAL EUROPEIA MAIS EFICAZ, INCLUINDO:

- relançar a Estratégia de Lisboa e redefinir de urgência os seus termos de referência e o seu lugar na construção europeia;
- elaborar um quadro político macroeconómico que incentive o crescimento e a inovação, fixe um objectivo de inflação mais elevado e vise uma taxa de mudança mais propícia ao crescimento;
- promover a coordenação eficaz das políticas fiscais;
- atribuir um orçamento europeu mais elevado, em especial para favorecer o alargamento e a solidariedade entre as regiões e os países;
- criar serviços públicos mais fortes num novo quadro europeu;
- elaborar estratégias industriais e inovadoras, incluindo tecnologias sustentáveis, produtividade elevada, mão-de-obra altamente qualificada, o reconhecimento da importância constante do sector da transformação europeia, um importante aumento das despesas em matéria de investigação e de desenvolvimento e uma melhor agenda de regulamentação baseada não só em critérios económicos, mas também sociais e ecológicos;
- promover uma Europa mais sustentável, graças a estratégias de crescimento «inteligentes», a esquemas de produção e de consumo diferentes e ao cumprimento dos objectivos de Quioto em matéria de emissões de carbono; e integrar as questões ambientais e energéticas na agenda sindical geral.

ACÇÃO A FAVOR DE UMA UNIÃO EUROPEIA MAIS FORTE COM

- uma defesa da essência do tratado constitucional, em especial a Carta dos Direitos

Fundamentais, e dos direitos dos sindicatos a organizarem-se e a fazerem greve;

- uma abordagem positiva a respeito do alargamento aos Balcãs e à Turquia, com base no respeito total das obrigações ligadas à adesão à UE e dos direitos fundamentais, incluindo os direitos sindicais; políticas de vizinhança generosas em relação ao Leste da Europa e à região mediterrânica; e uma cooperação com as outras regiões do mundo;
- uma abordagem do comércio que respeite os direitos e as normas da OIT, favoreça o emprego na Europa, se oponha à utilização do comércio para incentivar uma liberalização agressiva nos países em vias de desenvolvimento e procure mais coerência entre política comercial, desenvolvimento e objectivos sociais e ambientais;
- uma política externa baseada na defesa da paz, na adesão às NU e à sua constituição, no respeito pelo estado de direito, no recurso à força «doce» para promover a democracia e os direitos do homem, e na condenação absoluta do terrorismo;
- a criação de uma verdadeira política estrangeira e de segurança comum da União Europeia.

ACÇÃO A FAVOR DE SINDICATOS MAIS FORTES E DE UMA CES MAIS FORTE

- elaborar uma estratégia de organização a fim de ajudar os filiados a aumentarem o número dos seus membros;
- construir uma CES mais forte, mais capaz de liderar campanhas e de promover mais solidariedade;
- trabalhar com a nova CSI e o seu Conselho Regional Pan-europeu, inclusive com as federações sindicais mundiais e o TUAC, a fim de constituir uma organização sindical solidária e influente no mundo.



European Trade Union Confederation (ETUC)
Confédération européenne des syndicats (CES)

Boulevard du Roi Albert II, 5
1210 Brussels
Tel + 32 2 224 04 11
Fax + 32 2 224 04 54/55
E-mail : etuc@etuc.org

www.etuc.org